

Perspectiva docente da Operação Rondon Paraná, 2023-2025

Professors' perspective on Rondon Paraná Operation, 2023-2025

Pedro Augusto Bossonario

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6287-174X> Doutor. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: pabossonario@uem.br

Gabriel Pavinati

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0289-8219> Doutor. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: gpavinati@uem.br

Gabriel Zanin Sanguino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3273-5496> Doutor. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: gzsanguino@uem.br

Larissa Carolina Segantini Felipin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1490-7194> Doutora. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: larissafelipin@gmail.com

Luana Cristina Bellini Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8460-1177> Doutora. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: luana.bellini@hotmail.com

Sueli Mutsumi Tsukuda Ichisato

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6008-2795> Doutora. Universidade Estadual de Maringá. Docente. Maringá, Paraná, Brasil.

E-mail: smtichisato@uem.br

RESUMO

A Operação Rondon Paraná constitui uma estratégia de extensão universitária voltada ao desenvolvimento regional e à formação cidadã. O estudo objetivou relatar a experiência de professores de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá na coordenação e execução das ações da operação. Trata-se de um relato de experiência, de abordagem descritivo-reflexiva, fundamentado em registros de diário de campo de docentes integrantes do Conjunto A. As ações extensionistas possibilitaram vivências diversificadas em diferentes regiões do Paraná, envolvendo oficinas, rodas de conversa, qualificações, visitas institucionais e produção de materiais educativos, direcionadas a públicos variados, conduzidas por alunos e mediadas pelos

professores. A experiência evidenciou desafios relacionados à logística, ao engajamento comunitário e à divulgação prévia das atividades. Conclui-se que a operação reafirma o papel social da universidade pública como agente de transformação e desenvolvimento regional, contribuindo para a formação crítica e socialmente comprometida, além de fortalecer políticas públicas e iniciativas de extensão.

DESCRIPTOR: Participação da comunidade. Relações Comunidade-Instituição. Universidade.

ABSTRACT

Rondon Paraná Operation constitutes a university extension strategy aimed at regional development and civic education. This study aimed to report the experience of professors from the State University of Maringá in coordinating and implementing the actions of the operation. This is an experience report with a descriptive-reflective approach, based on field diary records of professors who were members of Group A. The extension activities enabled diverse experiences across different regions of the state of Paraná, including workshops, discussion circles, training activities, institutional visits, and the production of educational materials, targeted at diverse audiences, conducted by students and mediated by professors. The experience revealed challenges related to logistics, community engagement, and prior dissemination of the activities. In this sense, the operation reaffirms the social role of the public university as an agent of transformation and regional development, contributing to critical and socially committed education, while strengthening public policies and extension initiatives.

DESCRIPTOR: Community Participation. Community–Institution Relations. University



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

INTRODUÇÃO

A Operação Rondon Paraná (ORPR) é um programa estadual de extensão universitária orientado à promoção do desenvolvimento regional sustentável em municípios paranaenses de pequeno porte (com menos de 45 mil habitantes), que prioriza localidades com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). A iniciativa articula as sete Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Paraná, as gestões municipais e comunidades locais, regidas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão^{1,2}.

Entende-se que a ORPR contribui para a formação do capital humano, a difusão do conhecimento científico e o fortalecimento de processos de inovação social, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao promover saúde, educação de qualidade, igualdade de gênero, trabalho digno, redução das desigualdades, sustentabilidade urbana e ambiental, ação climática, cidadania, direitos humanos e cultura de paz³. Ações alinhadas, em especial, aos eixos de redução das desigualdades regionais, fortalecimento institucional e promoção da sustentabilidade socioambiental².

Entre os eixos temáticos abordados pela ORPR, destacam-se: cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde, bem como comunicação, meio ambiente, tecnologia, produção e trabalho. As edições da ORPR a que se referem este relato foram selecionadas de acordo com os critérios do programa em acordo os aceites dos chefes do poder executivo municipal².

Considerando a relevância social da ORPR e as vivências dos docentes como participantes e executores das ações desenvolvidas, este artigo tem como objetivo relatar a experiência de professores de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na coordenação e execução das ações da operação.

MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência dos professores do curso de enfermagem da UEM, de abordagem descritivo-reflexiva e fundamentado em registros de diário de campo, que discorre sobre o planejamento, desenvolvimento e resultados da ORPR no contexto da atuação docente junto a discentes da graduação, pós-graduação e lideranças locais. A experiência ocorreu nas edições de 2023, 2024 e 2025, por meio

da coordenação docente do Conjunto A, que desenvolveu ações direcionadas à temáticas de cultura, direitos humanos e justiça, educação e saúde.

O início da ORPR ocorre após o lançamento da Encomenda Governamental, na qual são descritas as justificativas, os objetivos, o público-alvo institucional e definições do conteúdo da operação, que cada Instituição de Ensino deverá encaminhar à SETI. Após aprovação da SETI, cada IES abrirá o processo seletivo para professores orientadores e alunos, por meio de editais, nos quais são estipulados alguns critérios específicos para cada edital, entre eles o papel voluntário e não remunerado dos inscritos.

Aos professores cabe a disponibilidade para participação efetiva nas reuniões e ações presenciais por meio de visitas precursoras ao município para reconhecimento do território, articulação dos espaços destinados às atividades e identificação de locais para alimentação, hospedagem e transporte dentro município. Ressalta-se que as visitas ao território possibilitam contato com serviços públicos, lideranças comunitárias e instituições locais, permitindo adequar os planos de intervenção às demandas identificadas. A logística de alojamento, alimentação e transporte é confirmada conforme previsto nos editais, que estabelecem o custeio desses itens pelo governo estadual².

Quanto aos discentes interessados na ORPR, estes devem comprovar matrícula ativa e apresentar uma proposta de intervenção alinhada às áreas previstas, ou seja, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde, assim como Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia, Produção e Trabalho, conforme detalhado nos documentos oficiais. A seleção é realizada pelos professores coordenadores e envolve a análise das propostas, bem como de entrevistas, o que permite compor equipes multidisciplinares formadas por estudantes da graduação e pós-graduação de diferentes áreas.

Com as equipes definidas, inicia-se a fase preparatória, marcada por reuniões direcionadas ao planejamento das ações, organização do cronograma e levantamento dos recursos necessários para o desenvolvimento das atividades programadas.

Cabe ressaltar que, a partir de 2024, houve a inserção de instituições públicas e/ou privadas como parceiras na ORPR, as quais passaram a compor o Conjunto B, em articulação com o Conjunto A da UEM. Essa inclusão ocorreu por meio de pactuações institucionais, ampliando o alcance das ações desenvolvidas. Entretanto, a consolidação dessas parcerias demanda o aprimoramento de mecanismos de

governança, com definição clara de responsabilidades, fortalecimento dos fluxos de comunicação e maior institucionalização dos acordos, a fim de garantir a continuidade e a sustentabilidade das atividades extensionistas.

Com o objetivo de facilitar a visualização das etapas de trabalho da OPRR no período de 2023 a 2025 (Figura 1), foi elaborada uma figura com o apoio de ferramentas de Inteligência Artificial. A partir de diretrizes e conteúdo definido pelos(as) autores(as), a imagem foi gerada e, posteriormente, revisada e validada quanto à coerência técnica, pedagógica e à adequação normativa.

Figura 1. Estrutura temporal das etapas da ORPR.



Fonte: Elaborado pelos autores com auxílio do ChatGPT (OpenAI®), 2026.

As informações produzidas ao longo da ORPR foram organizadas a partir dos registros em diário de campo, registros fotográficos, relatos dos participantes ao término das ações e reuniões de devolutiva realizadas com a equipe extensionista de professores que compuseram o Conjunto A, bem como com as lideranças locais. Esse processo analítico possibilitou observar oportunidades, assim como desafios operacionais e perspectivas de continuidade e qualificação da atuação para as próximas edições da. A análise adotou uma abordagem descritivo-reflexiva.

Este estudo não envolveu participantes externos, coleta de dados primários, identificação de indivíduos ou acesso a informações sensíveis. Dessa forma, enquadra-se nas disposições normativas vigentes que dispensam apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa. O trabalho está em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510, de 7 de abril de 2016, especialmente no que se

refere às pesquisas que utilizam relatos de práticas profissionais, nos termos da regulamentação ética brasileira.

Ferramentas de inteligência artificial, especificamente o ChatGPT (OpenAI®), foram utilizadas exclusivamente como apoio à organização das referências bibliográficas e à elaboração inicial de uma figura ilustrativa. No entanto, todo o conteúdo textual, analítico e interpretativo, bem como a revisão crítica, validação técnica, adequação normativa e responsabilidade intelectual do manuscrito, são de inteira autoria dos pesquisadores, que revisaram e aprovaram integralmente a versão final do trabalho.

RESULTADOS

O grupo de trabalho da UEM nas edições da ORPR contou com uma professora do Departamento de Enfermagem (DEN) que atuou como coordenadora institucional e apoio pedagógico, sendo responsável pela condução das reuniões e pela articulação entre as IES e os municípios participantes, além de acompanhar diretamente o desenvolvimento das ações extensionistas durante a operação.

Em cada edição, o Conjunto A, parte da equipe integrante no território, foi constituído por dez discentes e dois professores do DEN, e no conjunto B por mais dois professores (internos ou externos) e o mesmo quantitativo de alunos, ambos atuando na organização e condução das atividades. As edições ocorreram em contextos territoriais distintos, abrangendo municípios do Litoral, da região Centro-Sul e do Norte Pioneiro do Paraná, o que possibilitou vivências diversificadas e a contínua adaptação das estratégias de intervenção às demandas locais.

A organização das equipes de trabalho aconteceu a partir de dois grupos: Conjunto A, responsável por atividades direcionadas à cultura, aos direitos humanos e à justiça, à educação e à saúde; e o Conjunto B, que desempenhou ações sobre comunicação, meio ambiente, tecnologia, produção e trabalho. Em todas as edições, o Conjunto A da UEM foi composto integralmente por professores da enfermagem, uma vez que não houve adesão voluntária dos docentes de outras áreas para participar da operação. A partir dos docentes escalados nos conjuntos, as viagens precursoras e decisões de integração entre os grupos, bem como atividades recreativas entre os discentes foram decididas de forma conjunta e democrática.

As edições da ORPR tiveram duração média de 14 dias em campo, excetuando

o período prévio de organização, com atividades concentradas predominantemente nos períodos matutino e vespertino, havendo ações no período noturno quando da necessidade de incluir estratos da comunidade específicos que se encontraram em horário comercial de trabalho. Isso foi fundamental para possibilitar a ampliação do alcance das intervenções e a adequação das ações às especificidades dos diferentes públicos atendidos.

Antes das viagens precursoras, momento em que todos os docentes envolvidos se reúnem para alinhamento da ORPR, foi realizada uma reunião com todos os Conjuntos A e B das sete IES envolvidas para alinhamento das ações a serem desenvolvidas e das orientações necessárias para a participação e supervisão durante a ORPR, incluindo diretrizes operacionais e procedimentos institucionais que precisavam ser adotados.

Durante as viagens precursoras, em que estiveram presentes os professores de ambos os conjuntos, foram identificados diferentes espaços potenciais para a realização das atividades. Também foram visitados restaurantes que serviriam de apoio para a alimentação das equipes, avaliados os transportes disponibilizados e inspecionadas as instalações que serviriam como alojamento das equipes, cedidas pelos municípios participantes. Ainda, realizaram-se reuniões com os secretários municipais e prefeitos para tratativas e pactuações referentes as responsabilidades de cada parte (universidade e município).

Nas edições, contou-se com a participação de alunos dos cursos de direito, enfermagem, educação física, medicina, odontologia, pedagogia e discentes da pós-graduação de diferentes áreas. O cronograma das ações foi voltado a diversos públicos, crianças, jovens, adultos, pessoas idosas, agentes comunitários da saúde, profissionais das áreas de educação e saúde, lideranças comunitárias e estudantes da rede básica, entre outros. A divulgação das atividades ocorreu por meio de materiais gráficos elaborados pelos estudantes e compartilhados em mídias sociais (Figura 2).

Figura 2. Arte sobre prevenção à dengue encaminhada por mídias sociais para divulgação da Operação Rondon Paraná – 2024. Maringá, PR, 2026.



Fonte: Elaborado pelos estudantes da Operação Rondon Paraná, 2024 (2026).

Para subsidiar essas ações, os discentes, outrora denominados de rondonistas, produziram materiais pedagógicos e informativos, incluindo banners expositivos, folhetos, cartazes e instrumentos de apoio às oficinas. Esses materiais abordaram temas como promoção da saúde, prevenção de agravos, educação ambiental, cidadania, participação social, direitos humanos e práticas educativas inclusivas, alinhando-se aos eixos temáticos do conjunto a que foram designados. Todos os materiais foram elaborados previamente às atividades e revisados pelos docentes com vistas a assegurar a sua adequação às propostas (Figura 3).

Figura 3. Banners elaborados pelos estudantes e revisados pelos docentes para as ações da Operação Rondon Paraná – 2023 e 2024. Maringá, PR, 2026.



Fonte: Elaborado pelos estudantes da Operação Rondon Paraná, 2023 e 2024 (2026).

Os planos de ação elaborados para cada município detalharam objetivos, conteúdos, metodologias e recursos necessários, o que permitiu organizar atividades com rodas de conversa, oficinas temáticas, capacitações, dinâmicas educativas e visitas institucionais mediante a supervisão dos docentes. Também foi proposta a arrecadação de insumos utilizados nas práticas, como kits de saúde e de higiene, livros e outros itens necessários ao desenvolvimento das oficinas.

Destaca-se como potencialidades da ORPR a presença de feedbacks imediatos e diretos, tanto por parte dos discentes quanto da comunidade atendida, os quais permitiram ajustes em tempo real, reforçaram o sentido formativo das atividades e evidenciaram a relevância social das intervenções desenvolvidas, contribuindo para a qualificação contínua das ações extensionistas.

As ORPR também foram marcadas por dificuldades operacionais e organizacionais, como: o baixo engajamento inicial de discentes nos processos seletivos, exigindo maior esforço dos docentes na mobilização e composição das equipes; o número reduzido de professores disponíveis para a organização das ações, o que ampliou a sobrecarga de trabalho, uma vez que as demandas extrapolaram a prática pedagógica propriamente dita, envolvendo atividades de gestão como planejamento orçamentário, organização de alimentação, alojamento, transporte e estruturação das oficinas. Soma-se a isso a limitação de tempo disponível, considerando que a participação na ORPR ocorre de forma voluntária, o que demandou a conciliação das atividades extensionistas com os compromissos pedagógicos regulares na instituição de ensino, como aulas, estágios supervisionados e demais atribuições acadêmicas, fator que possivelmente contribuiu para a menor adesão de outros docentes à iniciativa.

DISCUSSÃO

A participação dos professores do curso de enfermagem nas três edições da ORPR proporcionou um conjunto de aprendizados e desafios que reafirmam a potência das ações extensionistas para a formação universitária e para o fortalecimento das capacidades comunitárias sob a luz da docência⁴. No que se refere às dificuldades identificadas, a literatura apresenta achados convergentes, destacando entraves recorrentes no desenvolvimento das ações extensionistas, tais como a insuficiência de financiamento e de infraestrutura; a sobrecarga de trabalho;

as dificuldades de articulação com a comunidade; e a descontinuidade das ações extensionistas, elemento que tende a comprometer a adesão e o engajamento dos participantes a médio e longo prazo^{5,6}.

Diante desse cenário, as possibilidades de superação dos obstáculos identificados passam pela integração efetiva da extensão com as políticas públicas, pelo fortalecimento do protagonismo discente, pela ampliação das práticas de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, bem como pela promoção do compromisso ético e social na formação universitária, elementos centrais para a consolidação da extensão como eixo estruturante do currículo⁶. Isso mostra a relevância das ações desenvolvidas por ambos os conjuntos, bem como da articulação entre diferentes profissionais, favorecendo a troca de saberes e a realização de ações extensionistas capazes de alcançar a população de forma contextualizada, em consonância com a realidade do município e com os distintos núcleos profissionais envolvidos.

Todavia, para além dos desafios identificados, as potencialidades e os benefícios das ações extensionistas mostraram-se expressivos. Do ponto de vista pedagógico, observou-se que a ORPR se constituiu como um espaço de aprendizagem ativa e situada, permitindo que docentes e estudantes experimentassem, na prática, os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizados nas políticas nacionais de educação superior.

Corroborando os achados do presente relato, a literatura aponta que as práticas extensionistas estimulam maior engajamento e participação estudantil, favorecem a articulação entre teoria e prática de forma mais significativa e contribuem para o fortalecimento da pesquisa, ao promoverem a produção de novos conhecimentos e investigações acadêmicas vinculadas às necessidades sociais⁷.

Especificamente no contexto de interação professor-aluno (ou educador-educando), optou-se por, ao longo do processo de idealização e execução das atividades, adotar uma abordagem ancorada nos preceitos teórico-práticos da pedagogia libertadora de Paulo Freire⁸. Para tanto, os alunos foram agentes ativos no processo de concepção, planejamento e aplicação de todas as ações propostas, de acordo com os interesses e necessidades do acadêmico e da comunidade, fortalecendo o aprendizado significativo, ativo e contextualizado, baseado na ação-reflexão-ação⁹.

Tal movimento está alinhado ao entendimento de que a extensão universitária deve promover diálogo entre saberes acadêmicos e populares, estimulando processos formativos que transcendam a sala de aula e se enraízam na realidade social¹⁰. Essa perspectiva possibilita que os estudantes, junto aos professores, experimentem práticas de educação em saúde e outras dimensões formativas pautadas em uma abordagem emancipatória e libertadora, fortalecendo o pensamento crítico e reflexivo, a autonomia e o protagonismo social.

As vivências dos discentes e docentes nas comunidades paranaenses dos municípios de pequeno porte, localizadas em regiões com características territoriais, demográficas e socioculturais distintas, mas com desigualdades latentes¹¹, reforçaram a importância de compreender o território como categoria central de análise e ações de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social, possibilitado inicialmente pelas viagens precursoras realizadas pelos docentes, com um olhar sensível, atento e holístico.

Esse planejamento prévio permite aos professores reconhecerem que os diferentes municípios apresentam demandas específicas, o que exige abordagens metodológicas diferenciadas, garantindo flexibilidade na condução das atividades, bem como a qualificação do trabalho coletivo e a contínua adequação dos planos de ação. Isto é, essas práticas permitiram o fortalecimento de competências relacionadas à gestão do cuidado, ao planejamento territorializado e à tomada de decisão compartilhada¹².

Outro aspecto relevante refere-se à dinâmica dos Conjuntos A e B, a qual garantiu a complementaridade entre as equipes, evidenciando a prática do professor no favorecimento de intervenções integradas que dialogam tanto com aspectos da promoção da saúde, cidadania, educação e direitos humanos quanto com dimensões tecnológicas, ambientais e de comunicação pública¹³.

Uma pesquisa internacional, realizada com 200 beneficiários de ações extensionistas, revelou que os participantes relataram diversos benefícios decorrentes dessas intervenções, entre os quais se destacam o aumento da conscientização sobre a gestão de resíduos sólidos, a adoção de melhores práticas de higiene e limpeza comunitária e a promoção de atividades voltadas à conservação ambiental⁵. No campo educacional, observou-se ainda o aumento da prontidão para a leitura em crianças, bem como melhorias nas habilidades de leitura, escrita e matemática⁵.

Essa integração de setores diversos amplia o impacto das ações e contribui para que os municípios percebam a operação não como um conjunto isolado de atividades, mas como um processo estruturado de fortalecimento comunitário. Para os professores, essa articulação reforça a compreensão de que problemas sociais complexos não podem ser enfrentados de maneira fragmentada, demandando intervenções multidisciplinares, colaborativas e geridas de forma conjunta¹⁶.

Sob a perspectiva da formação discente, as ações supervisionadas pelos professores permitiram observar ganhos expressivos no desenvolvimento das habilidades comunicacionais, da liderança e da postura ética. A necessidade de dialogar com gestores municipais, profissionais dos serviços públicos, lideranças comunitárias e população geral exigiu dos docentes uma postura ativa e responsável, estimulando a autonomia, o comprometimento social e o pensamento crítico dos estudantes rondonistas.

Na concepção docente, as ações desempenhadas pela ORPR mobilizaram dimensões objetivas e subjetivas relacionadas às vivências no território e à convivência entre professor-aluno e a comunidade. Ao longo das atividades, emergiram sentimentos de responsabilidade, pertencimento e compromisso social, especialmente diante das desigualdades observadas nos municípios visitados. A proximidade com diferentes realidades sociais suscitou reflexões sobre o papel do professor para além do ambiente acadêmico, reforçando a docência como prática mediadora de processos formativos críticos e reflexivos. Ao mesmo tempo, as experiências compartilhadas entre docentes e discentes favoreceram vínculos, trocas de saberes e a construção coletiva de soluções para os desafios encontrados no cotidiano das ações extensionistas.

Para mais, esse processo favoreceu a consolidação de competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho em equipe, ao cuidado culturalmente sensível e à capacidade de agir em cenários reais de vulnerabilidade social¹⁷. Pela ótica docente, a ORPR foi espaço de construção de uma formação direcionada a cidadania, ao compromisso social e a empatia.

Ainda, a experiência se configurou como um espaço de formação permanente, uma vez que a mediação entre estudantes e atores institucionais ampliou a compreensão sobre os desafios estruturais enfrentados pelos municípios, especialmente aqueles relacionados à insuficiência de recursos, à organização de

serviços, às vulnerabilidades sociais e às desigualdades territoriais. Essa proximidade promoveu reflexões sobre a importância de práticas extensionistas sustentáveis, capazes de fortalecer capacidades locais sem criar dependência ou soluções de curto prazo, reafirmando o papel político e social da universidade pública como agente de transformação e desenvolvimento regional junto da a ORPR^{18,19}.

Destaca-se que a realização das visitas precursoras, a elaboração de planos de ação e a produção de materiais pedagógicos constituíram-se como momentos essenciais de preparação e amadurecimento profissional. Tais etapas contribuíram para aprimorar o planejamento coletivo e fortalecer a coesão da equipe extensionista, além de permitir a identificação prévia das necessidades e expectativas de cada município. Trata-se de uma etapa que se mostrou fundamental para o êxito das ações, especialmente na operacionalização das oficinas, rodas de conversa e capacitações¹².

Essa experiência mostra que a ORPR não apenas amplia a interface entre universidade e sociedade, mas também reafirma o compromisso ético, político e formativo da extensão universitária. A operação se mostrou um dispositivo de promoção da cidadania, estímulo ao pensamento crítico e valorização do trabalho interdisciplinar, favorecendo a construção de práticas participativas e contextualizadas. Os resultados observados reforçam a necessidade de continuidade da iniciativa e de seu reconhecimento como estratégia estruturante para o fortalecimento das políticas públicas e do desenvolvimento comunitário no estado do Paraná.

Fragilidades adicionais comuns as três edições da ORPR estiveram relacionadas à baixa adesão e ao engajamento limitado de determinados públicos, como jovens e adultos, bem como questões relacionadas ao período em que ocorreram as operações, marcadas pelo clima frio, o tempo chuvoso, as férias escolares e falta de apoio logísticos local. Tal situação mostrou-se, em parte, associada à insuficiente na divulgação prévia das ações no âmbito municipal, seja por limitações nos canais de comunicação locais, seja pela sobreposição com outras agendas dos municípios o que impactou a mobilização comunitária. Soma-se a esse cenário a dificuldade orçamentária, que, embora não tenha inviabilizado a execução das ações, impôs restrições à ampliação de materiais, à logística e à diversificação das estratégias propostas.

CONCLUSÃO

Entende-se que a ORPR foi uma experiência formativa essencial para os docentes ao articular ensino, extensão e vivências comunitárias em diferentes territórios do estado paranaense. As ações desenvolvidas fortaleceram competências profissionais, promoveram a educação emancipatória e ampliaram a compreensão sobre as realidades locais e seus desafios. A atuação do professor orientador foi essencial para mediar processos, inclusive de relações interpessoais, qualificar intervenções e garantir a integração intersetorial das diferentes áreas abordadas nas ações. Nesse sentido, a ORPR avultou o papel social da universidade pública e a importância de iniciativas que promovam desenvolvimento sustentável, participação comunitária e formação cidadã comprometida com a transformação social em consonância com a missão universitária.

REFERÊNCIAS

1. Pinheiro, J. V.; Narciso, C. S. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. *Revista Extensão & Sociedade*, v. 14, n. 2, 2022.
2. Paraná. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná – SETI. Encomenda governamental seti/fundo paraná. Eg n.º 15/2025, 2025.
3. NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 03 fev. 2026.
4. Santana, R. R. *et al.* Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. *Educ Real*, v. 46, n. 2, e98702, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>.
5. Corpuz, D. A.; Time, M. J. C.; Afalla, B. T. Empowering the community through the extension services of a teacher education institution in the Philippines. *Cogent Education*, v. 9, n. 1, p. 2149225, 22 nov. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/2331186X.2022.2149225>.
6. Ovidio, R. B.; Martins, A. M. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. *Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa*, v. 20, e243011, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.20.23806.022> acesso em 19 jan 2026.
7. Silva, C. M.; Vasconcelos, A. Impactos da Extensão na Prática Docente Universitária. *Educação, Escola & Sociedade, Montes Claros*, v. 21, n. 23, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46551/ees.v21n23a06>. Acesso em: 19 jan. 2026.
8. Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

9. Sesnik, H. H. *et al.* Operação Rondon Paraná 2023: relato de experiência de estudantes de enfermagem. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 14, e37, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179769288491>
10. Frutuoso, A. M. R.; Silva, J. L. C. Uma abordagem sobre os fundamentos da extensão universitária: Histórico-conceitual, política pública, inclusão e interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/2303474.15.2-9>
11. Boff, R. A.; Cabral, S. M. "Vulnerabilidade socioeconômica: desigualdade social, exclusão e pobreza no Brasil." *Boletim de Conjuntura (BOCA)* 13.38 (2023): 71-88. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7648187>
12. Costa, S. E. *et al.* Vivências acadêmicas proporcionadas pela Operação Rondon Paraná 2024: relato de experiência. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 12, e12720, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-199>
13. Khatri, R. B. *et al.* Multisectoral actions in primary health care: A realist synthesis of scoping review. *PLoS ONE*, v. 18, n. 8, e0289816, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0289816>
14. Magalhães, E. V. *et al.* Saúde coletiva e colaboração profissional: o impacto das equipes multidisciplinares nas comunidades. *ARACÊ*, v. 7, n. 2, p. 8940-8948, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n2-255>
15. Mikowski, S. B. M.; Garcia, B. R. Z. Diretrizes curriculares nacionais na formação do enfermeiro. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 12, 31530–31546, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.12-148>
16. Siqueira, S. M. C. *et al.* Atividades extensionistas, promoção da saúde e desenvolvimento sustentável: experiência de um grupo de pesquisa em enfermagem. *Escola Anna Nery*, v. 21, n. 1, p. e20170021, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170021>.
17. Carvalho, R. F. *et al.* Práticas extensionistas sob a perspectiva teórica das universidades promotoras da saúde. *Journal of Nursing and Health*, v. 13, n. 3, p. e13324331, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v13i3.24331>

RECEBIDO: 03/02/2026
APROVADO: 22/06/2026